

O anticlericalismo na propaganda anarquista no Brasil durante as duas primeiras décadas do século 20

CLEBER RUDY*

Resumo: A Proclamação da República no Brasil, em 1889, intensificou discussões de teor anticlerical que eram fomentadas, entre outros, por republicanos, liberais, livre-pensadores, positivistas, maçons, socialistas e anarquistas. Diante disso, neste artigo trataremos da propaganda de combate à Igreja promovida pela imprensa anarquista junto ao movimento operário, especialmente por intermédio do jornal *A Lanterna* (1901-1904; 1909-1916). Logo, ganhará relevo alguns dos artifícios utilizados no campo da propaganda anticlerical, a exemplo da publicação de folhetos, comercialização de livros e a realização de espetáculos teatrais. Conjunto de ações essa, em que os anarquistas desempenharam um importante papel, instigando o debate social acerca das ingerências do clero católico na sociedade civil (clericalismo), seguida de fortes críticas as instituições religiosas (e a própria religião) que, segundo a ótica libertária, configuravam-se em obstáculos a autonomia do pensamento e a transformação social.

Palavras-chave: anticlericalismo; livre-pensamento; anarquismo; cultura libertária; imprensa operária; primeira república brasileira.

Anticlericalism in anarchist propaganda in Brazil during the first two decades of the 20th century

Abstract: The Proclamation of the Republic in Brazil, in 1889, intensified discussions of an anticlerical content that were fostered, among others, by republicans, liberals, free thinkers, positivists, Freemasons, socialists and anarchists. Therefore, in this article we will deal with the propaganda against the Church promoted by the anarchist press along with the workers' movement, especially through the newspaper *A Lanterna* (1901-1904; 1909-1916). Soon, some of the artifices used in the field of anticlerical propaganda will gain relevance, such as the publication of leaflets, sale of books and the carrying out of theatrical shows. This set of actions, in which anarchists played an important role, instigating the social debate about the interference of the Catholic clergy in civil society (clericalism), followed by strong criticism of religious institutions (and religion itself) which, according to a libertarian perspective, configured obstacles to the autonomy of thought and social transformation.

Key words: anticlericalism; freethought; anarchism; libertarian culture; workers press; first Brazilian republic.



* **CLEBER RUDY** é Doutor em História Social pela UNICAMP. Autor do livro *O Anticlericalismo sob o manto da República: tensões sociais e cultura libertária no Brasil (1901-1935)*, São Paulo: Alameda, 2020. Professor na rede pública de ensino em Santa Catarina. Email: vanrudy@gmail.com

*Eu não gosto do papa
Eu não creio na graça
Do milagre de Deus.
Eu não gosto da igreja
Eu não entro na igreja
Não tenho religião.*

Titãs

Desde meados do século 19, numerosas congregações religiosas estrangeiras (provenientes, sobretudo da França e da Itália) instalaram-se no Brasil, ora como exiladas, devido à agitação liberal na Europa, ora como parte da política ultramontana católica – centralista, verticalizada, conservadora e antimoderna –, aliada à promoção de uma educação de caráter confessional, que despertou a reação de liberais, positivistas, republicanos, socialistas, anarquistas e maçons.

Ao ganhar forma na Europa, o ultramontanismo¹ foi um movimento político-cultural que defendeu plenos poderes do Papa. No decorrer do século 18, diante da ofensiva liberal, “o ultramontanismo passou a ser o termo de referência para os católicos de diversos países, cuja preocupação básica era a fidelidade às diretrizes romanas” (AZZI, 1994, p. 7). Tal movimento restaurador católico se opôs radicalmente ao racionalismo iluminista, bem como lançou ferozes condenações ao liberalismo. No Brasil, ao ganhar impulso a partir do século 19, o movimento ultramontano foi

¹ Segundo apontam alguns estudiosos, a origem do termo remonta a França do século 14, durante o reinado de Felipe, o Belo, que foi marcado por fortes conflitos, uma vez que o galicanismo procurou manter a autonomia de suas igrejas frente às diretivas do poder papal. Como a França foi um dos principais centros irradiadores do ultramontanismo (*ultramontes*), o termo é uma referência direta ao Papa, que está para lá das montanhas (os Alpes). Cf. AZEVEDO, 1999, p. 445-446; AZZI, 1994, p. 5-8.

suplantando o antigo catolicismo tradicional, iluminista e liberal, por um catolicismo renovado, ou seja, romano, clerical e sacramental, e que ganhou penetração no País com a chegada de padres lazaristas (Cf. WERNET, 1987, p. 17 e 96).

Tais posições assumidas pela Igreja, cada vez mais centralistas e autoritárias, eram uma resposta aos ferozes embates políticos promovidos por setores progressistas que a instituição enfrentava. Desse modo, no transcurso do século 19, “a centralização da autoridade pastoral e doutrinária nas mãos dos pontífices romanos foi fundamental para manter a unidade da Igreja e impedir a sua desagregação”. Sem demora, “os setores mais liberais entre os católicos foram progressivamente anulados e excluídos” (Ambas as passagens, OLIVEIRA, 1996, p. 58).

Assim, sobretudo nas primeiras décadas do século 20, diante da crescente vinda de clérigos estrangeiros identificados com o ultramontanismo, viu-se em diversas partes do Brasil ganhar forma núcleos de oposição à dominação clerical e que tinham, especialmente na imprensa, seu instrumento de denúncias e manifestação. Com efeito, o mais promissor desses periódicos produzidos no calor do anticlericalismo² foi o jornal

² As expressões anticlerical e anticlericalismo ganharam forma no cenário internacional entre anos de 1850 e 1870 em contraposição aos termos clerical e clericalismo, e devido “ao agravamento da oposição ao catolicismo

A Lanterna. Lançado em março de 1901, na capital paulista, pelos esforços do anarquista Benjamim Mota e de um grupo de maçons luso-brasileiros³, esse órgão de imprensa impulsionará a propaganda anticlerical durante as primeiras décadas do século 20.

A título de conhecimento, Benjamim Mota – livre-pensador, ateu convicto e maçom –, enquanto destacado incentivador das campanhas anticlericais, defendeu um livre-pensamento⁴ de expressão antirreligiosa. Assim, na sua obra *A Razão Contra a Fé* (1900), ele escreveu: “as religiões só são úteis aos parasitas, aos que vivem do suor das classes trabalhadoras. É preciso que o povo se convença desta verdade” (MOTA, 1901, p. 10). Ademais, a certa altura da sua obra *Rebeldias* (1898), ao reafirmar a seriedade da sua militância, Mota declarava que estava “combatendo o obscurantismo e os preconceitos religiosos que são os mais terríveis inimigos do ideal anarquista” (MOTA, 1898, p. 62).

ultramontano, infalibilista e temporalista”, in BOBBIO et al., 1992, p. 32. Todavia, é certo que na Europa, entre os séculos 17 e 18, já pairava certa postura de escárnio em relação aos clérigos e de rejeição à Igreja enquanto instituição, em especial na produção literária.

³ Desde o seu surgimento, em 1717, a maçonaria especulativa foi se configurando em um espaço de formação cultural e científica que almejava o aperfeiçoamento intelectual e moral da sociedade. A partir do século 19, diante da polarização de correntes instigada pelo Grande Oriente da França e que deu origem a maçonaria latina (com um Rito Moderno de perfil profano e racionalista), as suas lojas tornaram-se importantes propagadoras de movimentos políticos, liberais e anticlericais. Neste percurso, em várias partes do mundo, determinados anarquistas ingressaram em lojas maçônicas.

⁴ O termo livre-pensamento veio à tona no cenário europeu no transcurso do século 17. Em pouco tempo, passou a designar um método de estudo e compreensão do mundo que estava amparado nas lentes da ciência e da razão.

No contexto das lutas do século 19 que nutriram o seu surgimento, o anarquismo – enquanto filosofia e movimento –, direcionou fortes críticas ao Capital, ao Estado e a Igreja, lançando-se em defesa de uma radical transformação da sociedade que levaria a substituição de um sistema de dominação por uma organização social horizontal, isto é, mais justa e igualitária ou, em outras palavras, sem o domínio do Estado Moderno, do Capitalismo e da Religião. Diante disso, em mais de uma ocasião, os anarquistas saíram em defesa do antirreligiosismo e do ateísmo. Assim, no programa revolucionário da organização internacional secreta Aliança da Democracia Socialista (ADS), fundada por Mikhail Bakunin, em 1868, constava: “A Aliança professa o ateísmo” (LEVAL, 1972, p. 18 [tradução nossa]).

Tal combate à religião enquanto uma das engrenagens da opressão (e que se estendia à superstição teológica) empolgaria uma parcela considerável de militantes comprometidos com as lutas em torno da questão social no Brasil. Deste modo, em 1905, ao traçar o perfil do seu jornal, o socialista e maçom Everardo Dias⁵, afirmou: *O Livre Pensador* é “inimigo de religiões e dogmas, porque toda e qualquer religião é sempre uma trave que se antepõe ao progresso, embaraçando-lhe a marcha”

⁵ Durante as primeiras décadas do século 20, o socialista Everardo Dias, em diversos momentos da sua militância, se fez atuante junto ao núcleo libertário responsável pela edição d’*A Lanterna* (2ª fase) e, posteriormente, d’*A Plebe* (1ª fase), logo, isso sugere que ele nutria certa simpatia pelo socialismo libertário. A propósito, em um dos folhetos de sua autoria (intitulado *Jesus Cristo era anarquista!*), tem-se a representação de um Jesus despido da sua divindade e que no decorrer da narrativa apresentava-se munido das feições de um anarquista.

(Ambas as passagens, *O LIVRE PENSADOR*, 02/12/1905, p. 2).

Ao vir à tona na cidade de São Paulo, em 1903, *O Livre Pensador*, foi conjuntamente com *A Lanterna*, um exemplo contínuo de jornalismo comprometido com as lides de combate a Igreja, e que contribuiu na difusão de ampla lista de folhetos, fomentada pela criação do Grupo Editor Livre Pensamento. Logo, ao encorajar a formação de uma consciência social emancipada da influência religiosa, Everardo Dias assinalava: “O Livre-Pensamento quer, ou, antes, tem o direito e o dever de arrancar ao espírito clerical, retrógrado, jesuítico e ultramontano, a direção oficial dos Estados, a direção obrigatória das consciências, da educação popular e das obras de solidariedade social, pela formação integral da pessoa humana” (DIAS, 1921, p. 16-27).

Seja como for, tempos antes, Benjamim Mota valendo-se dos seus dotes de prolífico escritor, lançava um apelo aos “espíritos emancipados dos preconceitos religiosos”:

Diante da invasão crescente do jesuitismo no Brasil, o que é uma terrível ameaça para as gerações futuras, é necessário que nós todos, livres-pensadores, e vós, anticlericais, cumpramos o nosso dever, custe o que custar, aconteça o que acontecer (MOTA, 1901, [p. s/n]).

Em certa medida, tal convocação causaria algum efeito, haja vista o surgimento de uma fecunda produção (e circulação) literária e jornalística, que ganhou expressividade no teatro, na poesia, no romance, assim como na publicação de opúsculos e panfletos. Não raro, o uso de uma retórica com base científica e positivista foi empregado no reforço da reputação

intelectual daqueles que se lançavam em campanha contra a Igreja, a religião e os seus dogmas.

Diante de um contexto político-social que exigia uma tomada de posição, em março de 1901, a imprensa paulista anunciava: “*Electra*⁶ – este extraordinário drama em 5 atos, que vem de agitar toda a Espanha e Portugal,⁷ acaba de ser traduzido em português pela redação d’*A Lanterna*” (*O COMMERCIO DE SÃO PAULO*, 29/03/1901, p. 2). Tal drama teatral em sua versão impressa encontrava-se à venda na Casa Endrizzi⁸ – tipografia e livraria de propriedade de João Baptista Endrizzi, aliás, um dos membros da Liga Anticlerical de São Paulo

⁶ Drama da autoria do escritor liberal espanhol Benito Pérez Galdós, que estreou na Espanha, em 30 de fevereiro de 1901, no Teatro Español, em Madri. De forma frequente, os espetáculos de *Electra* passaram a instigar intensas manifestações de rua, muitas vezes entre gritos e vociferações de “morram os jesuítas!”.

⁷ A encenação de *Electra*, em Portugal, veio ao encontro das agitações anticlericais decorrentes do Caso Calmon. Em 1900, Rosa Calmon – filha do cônsul brasileiro em Porto, o dr. José Calmon – fugiu da casa dos pais visando ingressar na congregação religiosa Doroteias. Haja vista não haver o consentimento da família, José Calmon alegou que a filha sofria de perturbação mental, assim uma perícia médica concluiu que Rosa Calmon (na época com 31 anos) sofria de histeria e loucura afetiva, bem como de misticismo religioso, considerando-a irresponsável. No entanto, em fevereiro de 1901, um grupo de devotos (instigado por clérigos jesuítas) tentou raptar Rosa. Esse incidente resultou em acesa campanha anticlerical. Para detalhes, cf. GARNEL, Maria Rita Lino. “O Caso Rosa Calmon (1900-1901): género, discurso médico e opinião pública”, in CASTRO; ESTEVES, 2008, p. 71-86.

⁸ Tratava-se de uma tipografia a vapor que foi fundada, ao que parece, em 1894, localizada na Rua Boa Vista, nº 74, em São Paulo. Entre os materiais do seu portfólio, constava a impressão de livros anticlericais.

(entidade que havia sido fundada em 1899).

Por iniciativa de militantes anarquistas, livres-pensadores e anticlericais, em 6 de abril de 1901, na noite do Sábado de Aleluia, *Electra* ganhou os palcos de São Paulo, no teatro Sant’Ana, com expressiva concorrência de espectadores. Devido à agitação internacional em torno das encenações deste drama, o lugar contou com policiamento, visando, assim, prevenir qualquer alteração da ordem. Por sua vez, ao final do espetáculo, um cortejo se dirigiu às imediações da Rua José Bonifácio, para ouvir Benjamim Mota, que do alto de um sobrado, realizaria um discurso. Logo, “saudando a todos aqueles que vinham de afirmar de modo tão categórico, franco e leal o seu ódio ao jesuitismo”, incitou “o povo a continuar na sua obra de saneamento social, até que o último frade e o último jesuíta de batina despissem a sotaina imunda ou, se tanto fosse preciso, até que estivesse exterminada a raça desses parasitas sociais” (*A LANTERNA*, 20/04/1901, p. 1).

E, no calor do momento, um grupo de indivíduos “mais ou menos conhecidos por suas ideias subversivas”, apedrejou o convento de São Bento (*A LANTERNA*, 20/04/1901, p. 1). Na busca por um agente instigador desse movimento, as autoridades voltaram sua atenção para o anarquista e jornalista Benjamim Mota, que recebeu, na redação d’*A Lanterna*, no dia 8 de abril de 1901, a visita de funcionários da polícia, que o conduziram até a Delegacia, a fim de prestar declaração. Frente à acusação, Mota afirmou que estava no seu papel de propagandista das ideias liberais, professadas e defendidas em *A Lanterna*. Após longa conversa, acabou liberado (O

COMMERCIO DE SÃO PAULO, 08/04/1901, p. 1).

De qualquer forma, nas primeiras décadas do século 20, decididos a impulsionar a propaganda no Brasil, alguns militantes anticlericais e anarquistas passaram a escrever e publicar livros e opúsculos, assim como a importar literatura, especialmente de Portugal, da Espanha e da França. Seguramente, nos círculos libertários, a instrumentalização da literatura assumiu formas variadas que incluíram editoras efêmeras, o esforço dos próprios autores, ou as listagens de livros e jornais, nacionais e estrangeiros, postos à venda pela redação dos periódicos (Cf. CARONE, 1995, p. 109). As redações dos jornais operários, em franca atividade nas capitais, colocavam à disposição dos leitores o serviço de busca e compra de diversas obras nas principais livrarias da cidade, despachando-as por intermédio do serviço postal para os seus assinantes localizados no interior do País.

No campo da propaganda, é interessante notar que a constituição de uma imprensa de verve combativa e a difusão de certa literatura militante foi imprescindível nos círculos libertários e anticlericais, uma vez que estes instrumentos de propaganda escrita estavam no centro dos sistemas de comunicação da sociedade.

Como destacou Antônio José Ribeiro Miranda (2002), a produção discursiva anticlerical, de modo geral, remete “a um sujeito coletivo, representante e porta-voz de um conjunto de indivíduos que, numa dada circunstância histórica, constituem uma dada posição ideológica, falando e pensando como parte e como representante de uma identidade coletiva” (p. 352).

Benjamim Mota que, desde longa data, encetou a propaganda anticlerical e anarquista em São Paulo, em 1898, simultaneamente à publicação da sua revista *O Libertário*, criou a Biblioteca Libertária, uma iniciativa editorial que estreava com a publicação do seu livro *Rebeldias* (1898) e que intuía ainda trazer a lume *Aos Moços!*, de Piotr Kropotkin, e *Greve aos Eleitores*, de Octave Mirbeau, entre outros títulos, que ele havia trazido no seu retorno de Paris – onde viveu por quase três anos – , e cujas traduções e publicações visavam fomentar a propaganda libertária no Brasil.

A propósito, ao frequentar na França distintos círculos literários e políticos, Mota estreitou laços com poetas simbolistas e pensadores anarquistas. Em contato com o grosso caldo da literatura libertária, incorporou à sua bagagem intelectual as obras de Sébastien Faure, Jean Grave, Augustin Hamon, Élisée Reclus, Piotr Kropotkin e Mikhail Bakunin. De volta ao Brasil, em 1893, Mota afirmava: “Eu sou anarquista porque estudando compreendi a desnecessidade de um senhor, isto é, eu sou um homem emancipado do espírito de servilismo” (MOTA, 1901, p. 37).

Nessa senda, em 1903, nas páginas de *A Lanterna*, Benjamim Mota divulgava aos correligionários interessados em adquirir qualquer obra anticlerical inexistente no Brasil, que ele faria vir da Europa ou dos Estados Unidos. Essa iniciativa vinha em resposta ao apelo de certos leitores de *A Lanterna*, que, em nome da propaganda anticlerical, vinham instigando a redação do jornal a organizar uma lista de obras anticlericais acompanhada de seus respectivos valores, e que a publicasse na primeira página de cada número, logo, prontificando-se a mandar vir de

outros países aquelas obras que não se encontrassem nas livrarias de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Além disso, sugeria-se a criação, no jornal, de uma seção permanente intitulada Bibliografia, contendo um resumo de obras seminais para o anticlericalismo, e que tinham como alguns dos seus autores, Léo Taxil, Ernest Renan, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro e Max Nordau.

Prontamente, a redação d’*A Lanterna*, dirigindo-se aos seus leitores, escreveu: “auxiliem-nos nessa grande tarefa”, enviando subsídios para a Bibliografia, isto é, títulos de “boas obras que conhecerem, em qualquer idioma, a fim de que possamos organizar um catálogo” (Ambas as passagens, *A LANTERNA*, 06/04/1901, p. 1-2). Por sua vez, ainda no ano de 1903 era fundada a Sociedade Anônima *A Lanterna*, que afirmava ter, entre os seus fins, a edição e a comercialização de livros, folhetos, cartões-postais e almanaques, especialmente destinados à propaganda anticlerical. Seja como for, vale lembrar que, em 1901, *A Lanterna* já anunciava a venda de certa literatura, a exemplo de *A Razão Contra a Fé*, de Benjamim Mota; *Electra*, de Benito Pérez Galdós; *A Velhice do Padre Eterno* e *A Morte de D. João*, de Guerra Junqueiro, conjunto de obras editadas e comercializadas pela Casa Endrizzi.

Desta forma, é possível afirmar que os preceitos do anticlericalismo no Brasil estiveram fortemente ligados à palavra impressa, uma vez que, além da formação de associações, a luta contra o clero valeu-se da criação de jornais, da publicação de livros e folhetos, seguida da fundação de editoras e livrarias. Envolto por esse movimento de ideias, o livre-pensador Everardo Dias, ao referir-se a imprensa, escreveu: “é a máquina mais poderosa a empregar na

sementeira das ideias, e um verdadeiro porta-luz” (DIAS, 1921, p. 209). De mais a mais, em 1914, Carlos Augusto de Lacerda – primeiro secretário da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro e um colaborador d’*A Lanterna* (2ª fase) –, ao tratar do movimento racionalista e do papel exercido pela propaganda no Brasil, sinalizava: se faz necessário “concentrar todos os nossos esforços na preparação da terra em que vamos lançando o grão que mais tarde se transformará em abundante messe” (CARTA DE CARLOS A. DE LACERDA, 08/07/1914, p. 5).

Seguramente, a imprensa foi um importante meio para a organização operária, anarquista e anticlerical, logo desempenhando um relevante papel na difusão de obras sociológicas, filosóficas e de literatura. Enquanto instrumento de informação, conscientização e mobilização, “o jornal que visava o público trabalhador fora um [...] produto cultural particular capaz de formar uma comunidade de leitores ouvintes que se alimentavam das ideias e debates surgidos naqueles círculos”, também parece sensato pressupor que “acabavam alterando as formas de relacionamento que provocavam a distribuição de pensamentos novos” (Ambas as passagens, MATEUS, 2013, p. 62).

Em 1904, ano que marca o fim da primeira fase de *A Lanterna* – que durante um período circulou como diário da manhã, e cujo último número saiu no final de fevereiro do corrente já sem ostentar tal denominação –, viu-se surgir na cidade do Rio de Janeiro, a revista *Kultur*. Apesar do seu curto período de existência, que durou de março a outubro de 1904, ao apresentar-se como uma publicação voltada para os “estudos filosóficos” e as “questões sociais”, e no intuito de promover a

propaganda libertária, a *Kultur* anunciava que “uma grande quantidade de brochuras de boa propaganda” socialista, anarquista, sindicalista, anticlerical etc., editadas em português, em francês, em espanhol e em italiano, poderia ser encomendada por intermédio da redação da revista – que tinha como redator-chefe Elísio de Carvalho⁹ (ambas as passagens, *KULTUR*, nº 4, 09/1904, p. 12).

Deste modo, mediante acordo feito com livreiros no Brasil e editores na Europa, surge a Livraria da *Kultur*, que, em seu catálogo, trazia um número considerável de obras aclamadas nos círculos anticlericais, tais como: *A Razão Contra a Fé*, de Benjamim Mota; *O Bom Senso, do Cura Meslier: a Razão d’um Padre* [atribuída a Jean Meslier]; *A Velhice do Padre Eterno*, de Guerra Junqueiro; *Ciência e Religião*, de Malvert [trata-se de um pseudônimo]; *O que é a Religião; Razão, Fé, Oração*; e *Ao Clero – Contra a Igreja*, conjunto de livros da autoria do escritor russo Leon Tolstói. Aliás, vale frisar que o grupo de anarquistas (leia-se anarquistas individualistas) ligado à revista *Kultur* teve um papel exponencial na

⁹ Elísio de Carvalho (1880-1925), natural de Penedo (Alagoas), foi uma figura paradoxal. Em 1898, mudou-se para o Rio de Janeiro, ali se engajou no movimento anarquista e passou a colaborar em diversos periódicos libertários. Além disso, por sua iniciativa surgem no Rio de Janeiro a Universidade Popular de Ensino Livre (1904) e a revista *Kultur* (1904). Contudo, pouco tempo depois, passou a atuar no Departamento de Polícia do Rio de Janeiro (como diretor do Gabinete de Identificação e Estatística). Ademais, vale destacar que o grupo de anarquistas articulados em torno da revista *Kultur* foi prógono na difusão do anarquismo individualista (Max Stirner, Émile Armand etc.), bem como do tolstoísmo (Leon Tolstói). Para detalhes, cf. SANT’ANA, 1982; PRADO, Antonio Arnoni. “Elísio de Carvalho anarquista”, in PRADO, 2015, p. 117-126.

divulgação no Brasil das ideias “anarcocrístãs” e anticlericais de Tolstói. Inclusive, tal situação sinalizava para a diversidade de referenciais existentes no movimento libertário e anticlerical, uma vez que ao lado de proposições antirreligiosas, ateias e que refutavam a existência de Cristo, era possível também encontrar autores e obras que se lançavam na defesa do cristianismo primitivo, bem como de uma interpretação mais livre dos evangelhos e que nutria a alegação de um Jesus Cristo de natureza humana e feições revolucionárias.

Não obstante, no campo da propaganda escrita que, diga-se de passagem, fomentaria acirradas investidas envolvendo clérigos e livres-pensadores, viu-se, por um lado, a Igreja, no seu processo de romanização, investir na legitimação da autoridade do padre (bem como na sua integridade moral), enquanto que, por outro lado, na ofensiva anticatólica, a figura do padre passou a representar tudo que era corrupto ou nocivo, uma vez que “o padre (mais do que as atividades religiosas) é tomado como o verdadeiro chamariz para a Igreja” (MELO, 2005, p. 197). Note-se ainda que a propaganda anticlerical levada a cabo pelos anarquistas objetivava apresentar a Igreja, as religiões e os seus ministros como aspectos negativos da sociedade, em que, especialmente os padres, foram identificados como os verdadeiros inimigos do povo, em especial do proletariado. Assim, em tom jocoso, Benjamim Mota escrevia: o padre “que é um parasita que vive comendo hóstias à custa do povo, é forçosamente um preguiçoso” (MOTA, 1901, p. 26).

Por sinal, em 1919, frente à atuação de entidades como o Centro Operário Católico Metropolitano (localizado no Brás – São Paulo), que investia no

controle social do proletariado, ou ainda do serviço de propaganda católica efetuado no meio fabril pelos jornais *O Operário* e *O Legionário*, o periódico operário *A Plebe* (São Paulo)¹⁰ – tendo como diretor o anarquista Edgard Leuenroth e entre seus colaboradores Everardo Dias –, conclamava os trabalhadores a manterem distância da Igreja e dos ministros do Vaticano, uma vez que ambos “cerceiam a liberdade e promovem a corrupção dos lares”. Além disso, segundo destacava o mesmo jornal, é o padre “o maior inimigo do progresso e da ciência”, visto que “a vida da Igreja periclita perante a Luz da Verdade, originária do progresso e da ciência” (Até aqui, tudo em *A PLEBE*, 22/11/1919, p. 1). Consequentemente, em 1914, o militante anticlerical Carlos A. de Lacerda declarava: “nossos esforços devem tender de preferência para desviar o povo das igrejas, aonde ele vai levar somas fabulosas que são encaminhadas para Roma, de lá saindo para ser empregada na compra de consciências venais de jornalistas e políticos que se tornam os seus mais dedicados arautos” (CARTA DE CARLOS A. DE LACERDA, 08/07/1914, p. 4-5).

Neste meio tempo, em 1909, enquanto os emissários da Igreja viam com bons olhos a prisão e o fuzilamento do pedagogo catalão Francisco Ferrer y Guardia, ocorrido em outubro do corrente na Espanha. Em diversas partes do mundo, amplos setores progressistas se lançaram em protestos contra tal

¹⁰ O jornal *A Plebe* surgiu em São Paulo em meio às mobilizações operárias da Greve Geral de 1917. Sua redação contava com elementos libertários que haviam participado da experiência jornalística d'*A Lanterna*, deste modo, no seu número de estreia constava que *A Plebe* surgia em substituição a *A Lanterna*, porém com um programa político de horizontes mais amplos.

feito, denunciando o conluio entre Igreja e Estado que ocasionou no assassinato do mentor da Escola Moderna (1901-1906), de Barcelona – uma vez que os métodos de tal educação de perfil integral, mista e racionalista, almejavam promover a emancipação social, portanto, representando “uma ameaça para o sistema de valores então imperante”. (BERGASA, 2009, p.15 [tradução nossa]). Rapidamente, Francisco Ferrer converteu-se em mártir do livre-pensamento, e as suas ideias de uma pedagogia racionalista foram ganhando extensa difusão. Aliás, será neste cenário internacional de intensas manifestações, das quais os reflexos seriam sentidos no Brasil, que *A Lanterna* ressurgirá, inaugurando sua segunda fase¹¹. Também, na mesma época, ganhava forma o Comitê Pró-Escola Moderna que resultou, em 1912, na fundação da Escola Moderna nº 1, no Belenzinho, e da Escola Moderna nº 2, no bairro do Brás.

Sobre a redação d’*A Lanterna* (2ª fase), da qual a sede se localizada no Largo da Sé, nº5 – onde também funcionava a Federação Operária de São Paulo (FOSP) –, sabe-se que estava constituída pelo tipógrafo e jornalista Edgard Leuenroth, o advogado e jornalista Neno Vasco,¹² o dentista,

¹¹ Neste cenário de intensas campanhas anticlericais que agitaram o Brasil, outro episódio que serviria de ardente combustível na propaganda anticlerical promovida pelos anarquistas, era o Caso Idalina, relacionado ao desaparecimento de uma das internas do Orfanato Cristovão Colombo. Tal denúncia veio à tona, em 1908, por iniciativa do jornal anarquista *La Battaglia* (SP), mas, a partir do ressurgimento d’*A Lanterna*, em 1909, este periódico tornou-se o principal porta-voz da campanha “Onde está Idalina?”.

¹² Pseudônimo usado por Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos, que residiu no Brasil de 1901 a 1911, quando então regressou a

jornalista e poeta Raimundo Reis, o pintor e jornalista José Romero Ortega, o guarda-livros e jornalista Leão Aymoré e o gráfico e jornalista Eugênio Leuenroth. Também nesta renovada empreitada, em mais de uma ocasião, *A Lanterna* contaria com a colaboração do seu antigo redator-chefe, o já veterano Benjamim Mota.

Durante esta nova fase, por intercessão de Neno Vasco, anarquista português, o jornal *A Lanterna* manteve importantes laços com correligionários de Portugal (Lisboa, Porto, Évora). Aliás, nessa mesma época, ao referir-se a campanha anticlerical promovida pelos anarquistas contra a Igreja como poder político-econômico e religioso, Neno Vasco escreveu: se faz necessária a “luta contra os padres, para mostrar as contradições de suas vidas com as doutrinas que professam; o sacerdócio como profissão, tendo o interesse material como base”, bem como o combate “a influência política da Igreja pela ação direta e pela propaganda, extraparlamentar”, seguido da “denúncia do poder econômico da Igreja, da Igreja como empresa, como auxiliar de exploração capitalista, como fator do crumirismo¹³” (VASCO *apud* LEUENROTH, 1963, p. 114-115).

Com o regresso de Neno Vasco a Lisboa, em 1911, além de correspondente internacional de *A Lanterna*, tornou-se um importante colaborador na difusão do periódico em Portugal. Sem demora, ao cativar leitores e colaboradores em terras

Portugal. Em São Paulo, fundou os jornais *O Amigo do Povo* (1902) e *A Terra Livre* (1905), assim como a revista *Aurora* (1905). Para detalhes sobre a sua militância anarquista no Brasil e em Portugal, cf. SAMIS, 2009.

¹³ A expressão crumirismo vem da palavra italiana *crumiro*, e foi usada corriqueiramente na imprensa operária do Brasil e de Portugal para se referir aos trabalhadores fura-greves.

lusitanas, o escritor português Tomás da Fonseca, autor da obra de coloração anticlerical *Sermões da Montanha*, passou a contribuir com artigos e livros para o jornal. Efetivamente, com seu estilo jornalístico jocoso e vigoroso, *A Lanterna* trilhou sua segunda fase entre os anos de 1909 e 1916, como órgão proeminente do movimento anticlerical.

Em fins de 1909, a redação de *A Lanterna*, com o intuito de favorecer a circulação de obras literárias, científicas ou de propaganda, propunha-se a mandar vir do estrangeiro, mediante pedido acompanhado do valor correspondente, sem comissão alguma, livros que interessassem aos seus leitores. Nessas circunstâncias, dentro em breve, ao editarem um pequeno catálogo com publicações sobre a questão religiosa e social, ganhou forma a Biblioteca d'*A Lanterna*. Além das obras que já possuíam em estoque, o catálogo trazia títulos de livros, opúsculos, periódicos, revistas e cartazes ilustrados, que poderiam ser encomendados do exterior. Segundo a ótica dos idealizadores, essa “modesta obra de guerrilheiros” acabaria por proporcionar aos anticlericais e livres-pensadores “fontes de estudo, meios de se tornarem cada vez mais conscientes das ideias de liberdade de que são defensores” (*A LANTERNA*, 18/12/1909, p. 3). Assim, naquele primeiro momento, predominou a difusão de títulos em português e espanhol.

Parte substancial desse comércio livreiro encetado pela *A Lanterna* e que perpassava a distribuição, o comércio e o consumo, constituía-se em grande medida de obras oriundas de editores e livreiros atacadistas localizados em Portugal (em especial Porto e Lisboa). Desse modo, em 1910, a redação d'*A Lanterna* anunciava que esperava de

Portugal uma remessa de livros, entre os quais, *Cristo Nunca Existiu*, de Emilio Bossi; *Religião da Morte*, de Heliodoro Salgado; *Monismo*, de Ernest Haeckel; *Ciência e Religião*, de Malvert; e *Determinismo e Responsabilidade*, de Augustin Hamon.

Inegavelmente, a Biblioteca d'*A Lanterna* foi uma iniciativa de caráter cultural e educativo. A propósito, na sua redação – localizada nas imediações da Catedral da Sé –, mantinha-se uma sala de leitura, em que eram disponibilizadas publicações nacionais e estrangeiras, tais como jornais operários, livros anticlericais, brochuras anarquistas etc. Em certa medida, salvo diferenças de ritmo e forma, esse percurso revelava a inter-relação entre a propaganda anticlerical e o anarquismo, pois, além de o periódico *A Lanterna* contar, na sua direção, com militantes anarquistas, ele ainda agregava colaboradores, escritores e leitores identificados com o anarquismo, corrente e pensamento político atuantes nas campanhas anticlericais.

Valendo-se da expressão escrita como artifício de propaganda, tal produção jornalística e literária alimentava-se de temas instigantes e polêmicos, entre os quais, o desvio de conduta moral dos padres, as vítimas da intransigência religiosa (a exemplo de Galileu Galilei, Giordano Bruno e Jean-François de La Barre), o atraso intelectual do clero, e o ataque aos sacramentos (batismo e confissão). Aliás, diversos folhetos tinham como alvo a confissão, qualificada de embuste, especulação desprezível ou, em outras palavras, “a mais criminosa, a mais detestável de todas as práticas da religião católica” (*A VANGUARDA*, 12/03/1905, p. 1).

Entre os jornais anticlericais editados no Brasil, durante a Primeira República, *A Lanterna* foi um dos primeiros a se

valer da publicação folhetinesca enquanto atrativo literário para emocionar os seus leitores, ou seja, “um modo de garantir pela curiosidade assim aguçada a fidelidade do leitor” (MEYER, 1998, p. 14). A escolha das novelas que seriam publicadas enquanto folhetins na imprensa anticlerical priorizavam textos que, em algum momento, haviam caído na condenação e censura da Igreja. Deste modo, a partir de junho de 1903, publicou-se nas páginas d’*A Lanterna* o romance-folhetim *Noli me Tangere* (O País dos Frades), do anticolonialista filipino José Rizal. De qualquer forma, anos depois, durante a segunda fase de *A Lanterna*, iniciada em 1909, o gênero folhetim tornou-se uma constante, como sinalizam as publicações de *O Jubileu*, de Avelino Fóscolo, e o *Cavaleiro de La Barre* (grande romance histórico), de Miguel Zevaco, bem como a republicação de *Noli me Tangere*, de José Rizal – narrativa na qual atacava os dominicanos e os franciscanos. A propósito, esses dois últimos romances haviam sido traduzidos por Neno Vasco especialmente para a publicação em *A Lanterna*. Devido ao sucesso da obra do filipino José Rizal, em 1912, *Noli me Tangere* ganhava também uma versão em brochura, sob a editoria da redação d’*A Lanterna*.

Não raro, além da feição literária – mediante um conjunto diverso de textos que dialogavam com a prática social –, a publicidade anticlerical foi marcada pela iconografia, ou seja, uso de charges e gravuras. Assim, o emprego de ilustrações que exibiam cenas de escárnio (xilografadas e reproduzidas em preto e branco) foi corrente no jornal *A Lanterna* (a partir da 2ª fase), visando com isso também atrair o público iletrado, uma vez que, diante de uma ação jocosa “o choque é ao mesmo tempo de linguagem e ótico. O visual,

fonte de uma maior emoção, supostamente nos sensibiliza para um outro aspecto, de ordem cognitiva” (DELIGNE, 2011, p. 39).

Efetivamente, visando intensificar ainda mais a propaganda contra a Igreja e minar a sua influência principalmente no meio operário, os anticlericais mantiveram fecunda programação político-cultural. Em especial, os militantes anarquistas vinculados ao jornal *A Lanterna* e à Liga Anticlerical do Rio de Janeiro (fundada em 1911) promoveram eventos mensais, a exemplo de conferências públicas, festas e espetáculos – que contavam com grande concorrência de espectadores. Aliás, as ligas anticlericais (ou ligas do livre-pensamento) foram importantes espaços de combate e de educação social, que visando prejudicar a dominação religiosa na sociedade, investiram grandes esforços na criação de bibliotecas e na promoção de cursos, bem como de aulas de perfil racionalista (primárias e secundárias; diurnas e noturnas).

Com efeito, entre os meios de propaganda, aliando lazer à ação didática, o teatro libertário “foi o mais poderoso veículo para instruir, educar, formar mentalidades humanistas, angariar fundos [...]” (FERREIRA, 1978, p. 59). Deste modo, uma série de grupos amadores ganhou forma, como o Grupo Dramático Teatro Social (Rio de Janeiro, 1906), Grupo Dramático Anticlerical (Rio de Janeiro, 1913), o Grupo Dramático Cultura Social (Santos, 1914) e o Grupo Teatro Social (São Paulo, 1922). Entre essas equipes de teatro formadas por operários-atores, teve grande destaque o Grupo Dramático Anticlerical, fundado por sócios da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro, em 1913, com o intuito de

desenvolver a propaganda por meio do teatro.

Logo, na perspectiva dos anarquistas, “fazer versos ou escrever textos dramáticos eram fatos naturais, direitos dados a todos” (VARGAS, 2009, p. X). Assim, em 1913, no Rio de Janeiro, pelo Grupo Dramático Anticlerical foi levada aos palcos a peça do anarquista português Neno Vasco, *O Pecado de Simonia*¹⁴ – da qual o elenco era formado por atores amadores –, de que fazia parte, entre outros, os irmãos Elvira Boni e Amílcar Boni.¹⁵ Em 1920, a aludida peça teatral da autoria de Neno Vasco, por iniciativa do Centro Editor Juventude do Futuro, de São Paulo, passava a circular no formato de brochura. Por sua vez, o Grupo Dramático Anticlerical, pouco tempo antes, em 1913, também investiu na editoração, fazendo circular uma tiragem de 10 mil exemplares de um folheto intitulado *A Confissão*, de que a contracapa trazia: “associai-vos na Liga Anticlerical do Rio de Janeiro”.

É certo que a mobilização anticlerical no Brasil se fez de diversas formas, assim, além da publicação de jornais, folhetos e livros, da fundação de associações, escolas racionalistas e bibliotecas, ou da organização de espetáculos teatrais, os esforços de propaganda incluíam a realização de conferências, cursos, excursões e *pic-nics*. Em certos momentos, aproveitando-se da excitação pública,

promoveram-se *meetings*, boicotes e, em menor grau, ações mais enérgicas contra membros ou instituições clericais.

Considerações finais

A implantação da República no Brasil, no final do século 19, que incluía entre as suas metas políticas a separação entre Estado e Igreja, resultaria em importantes discussões acerca das ingerências do clero católico no tecido social (o clericalismo). Apesar do evidente desvinculo eclesiástico para com as questões políticas, observado na Constituição de 1891, o cenário público, não raro, foi marcado por relutâncias de setores da Igreja que insistiam em tentar intervir nos assuntos seculares. Logo, diversas manifestações de cunho anticlerical ganharam forma em distintas localidades do País, opondo-se as “chamadas doutrinas ultramontanas de subordinação do poder temporal à autoridade eclesiástica” (BALHANA, 1981, p. 12).

Não obstante, entre os canais de expressão do anticlericalismo estavam à imprensa, à literatura e o teatro, cuja produção imagética e discursiva almejava atacar a Igreja enquanto instituição, bem como os seus clérigos, mediante certa representação que os associava à corrupção e ao parasitismo. A propósito, no território da propaganda anticlerical tão repleto de obscuras figuras (leia-se padres), o humor foi uma das armas prediletas.

Inegavelmente, entre os atores sociais que se lançaram em campanhas contrárias ao clero, estavam os anarquistas, uma vez que “a importância do anticlericalismo para a doutrina e propaganda anarquista era muito grande e se conjugava tanto com a defesa que faziam do livre-pensamento dos homens, quanto com sua crença no

¹⁴ O termo simonia tem sua origem em Simão, o Mágico – mencionado no Novo Testamento –, que ao dirigir-se ao apóstolo Pedro havia lhe proposto comprar o dom de fazer milagres. Assim, grosso modo, a compra ou venda de objetos sagrados foram alcunhadas de simonia.

¹⁵ Eram irmãos e estavam comprometidos com as campanhas do anticlericalismo e do anarquismo, desse modo, ambos militaram na Liga Anticlerical do Rio de Janeiro e na Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ).

progresso social orientado pela ciência e pela experiência” (CASTRO, 2005, p. 101), como bem se evidencia nas primeiras décadas do século 20, diante do protagonismo dos militantes libertários na organização de grupos de afinidade, na criação de jornais e na difusão de ampla literatura de matizes anticlericais.

Referências

AZEVEDO, A. C. do A. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

AZZI, R. **A crise da cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

_____. **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994.

BALHANA, C. A. de F. **Ideias em confronto**. Curitiba: GRAFIPAR, 1981.

BERGASA, F. **¿Quién mato a Ferrer i Guardia?** Madrid: Aguilar, 2009.

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política – Vol. 1**. 4 ed., Brasília: UnB, 1992.

CARONE, E. **Socialismo e anarquismo no início do século**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DELIGNE, A. De que maneira o riso pode ser considerado subversivo? In: LUSTOSA, I. (org.). **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 29-46.

FERREIRA, M. N. **A imprensa operária no Brasil (1880-1920)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

GARNEL, M. R. L. O Caso Rosa Calmon (1900-1901): gênero, discurso médico e opinião pública In: CASTRO, Z. O. de; ESTEVES, J. **Falar de mulheres – História e historiografia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 71-86.

GASTÓN, L. **Colectividades libertarias en España**. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1972.

GOMES, A. de C. **A Invenção do trabalhismo**. 3 ed., Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MATEUS, J. G. da F. **Escritos sobre a imprensa operária da Primeira República**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2013.

MELO, P. C. de. **Anedotas e outras expressões de anticlericalismo na etnografia portuguesa**. Lisboa: Roma, 2005.

MEYER, M. **As mil faces de um herói canalha e outros ensaios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

MIRANDA, A. J. R. Contribuição para o estudo do discurso anticlerical na imprensa do século XIX – O caso da folha política *A Lanterna* In: ABREU, L. M. de; MIRANDA, A. J. R. (coords.). **Actas do colóquio – O anticlericalismo português: história e discurso**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002, p. 349-367.

OLIVEIRA, J. E. M. V. de. **O anticlericalismo na República Velha: a ação dos anarquistas**. Dissertação (mestrado em História) – FFLCH – USP, São Paulo, 1996.

PRADO, A. A. Elísio de Carvalho anarquista In: **Cenário com retratos: esboços e perfis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 117-126.

SAMIS, A. **Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário entre dois mundos**. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SANT’ANA, M. M. de. **Elycio de Carvalho, um militante do anarquismo**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas; Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura/MEC, 1982.

VARGAS, M. T. (org.). **Antologia do teatro anarquista**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

WERNET, A. **A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987.

Fontes

CARTA DE CARLOS AUGUSTO DE LACERDA (destinada ao escritor e militante anarquista Antônio Pinto Quartin), Rio de Janeiro, 08 de julho de 1914. Seção Correspondência da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro – Arquivo de História Social, Lisboa, Portugal.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO, São Paulo, 1901. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Hemeroteca Digital).

DIAS, E. **Delenda Roma! Conferências anticlericais**. Rio de Janeiro: E. P. Maçônica José Bonifácio, 1921.

Kultur, Rio de Janeiro, 1904. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, UNESP, São Paulo.

A LANTERNA, São Paulo, 1901-1916. Arquivo Edgard Leuenroth – AEL, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, São Paulo.

LEUENROTH, E. **Anarquismo – roteiro da libertação social**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

O LIVRE PENSADOR, 1903-1905. Arquivo Edgard Leuenroth – AEL, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, São Paulo.

MOTA, B. **Rebeldias**. São Paulo: Tipografia Brasil de Carlos Gerke & Cia, 1898.

_____. **A razão contra a fé – análise das conferências religiosas do Padre Dr. Júlio Maria**. 2 ed., São Paulo: Casa Endrizzi, 1901.

A PLEBE, São Paulo, 1917-1919. Arquivo Edgard Leuenroth – AEL, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, São Paulo.

A VANGUARDA, Curitiba, 1905-1906. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Hemeroteca Digital).

Recebido em 2022-04-26

Publicado em 2022-05-01